

COMITÊ DE GOVERNANÇA
Ministério da Educação
Assessoria Especial de Controle Interno

LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 9.203/2017 - Dispõe sobre a política de governança da Adm. Pública Federal

Art. 6º Caberá à alta administração dos órgãos e das entidades, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos neste Decreto.

Art. 15-A. São competências dos comitês internos de governança, instituídos pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional: [\(Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019\)](#)

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos neste Decreto; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019\)](#)

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no órgão ou na entidade, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019\)](#)

III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CIG em seus manuais e em suas resoluções; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019\)](#)

IV - elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.901, de 2019\)](#)

COMITÊ DE GOVERNANÇA MEC

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do MEC

Portaria nº 313, de 7/2/2019

Gestão Estratégica

Subcomitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do MEC

Portaria nº 314, de 7/2/2019

Apoio Tático e Assessoramento dos atos e ações do Comitê

Unidade de Gestão da Integridade do MEC: AECI

Portaria nº 315, de 7/2/2019

Operacionalização

COMITÊ DE GOVERNANÇA MEC

COMPOSIÇÃO

- Ministro (Presidência)
- Secretário-Executivo
- SESU
- SEB
- SETEC
- SEMESP
- SEALF
- SERES
- Assessoramento do Controle Interno - AECI

COMITÊ DE GOVERNANÇA MEC

OBSERVAÇÕES GERAIS

- Instalação oficial do Comitê nesta data
- Necessidade de publicação das atas e resoluções na Página do MEC
- Necessidade de Regimento Interno
- Mapeamento dos Comitês de Governança no âmbito do MEC:
 - FNDE - em elaboração
 - INEP - em elaboração
 - EBSERH - ok
 - CAPES - ok

COMITÊ DE GOVERNANÇA MEC

ANÁLISE DA GOVERNANÇA DO MEC REALIZADA PELO TCU

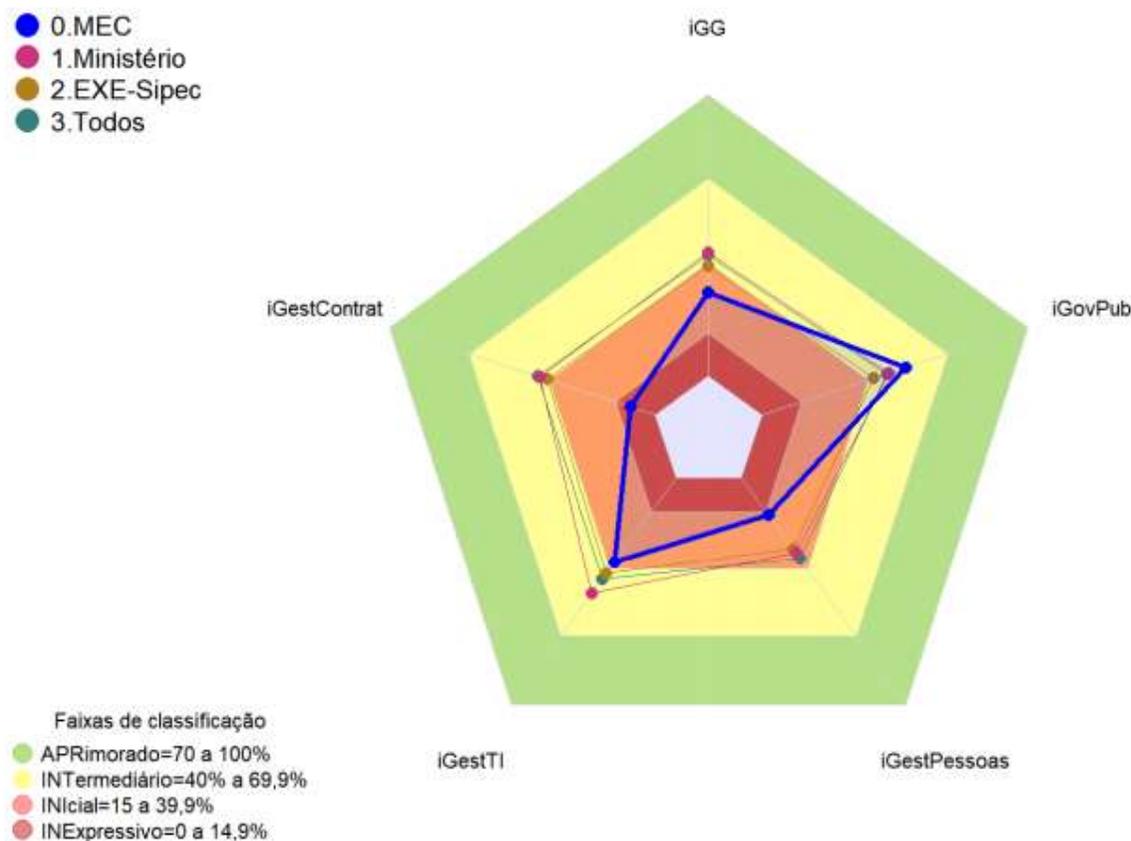


Figura 1. Resultado geral da autoavaliação da organização em relação a seu contexto

COMITÊ DE GOVERNANÇA MEC

PAUTA PARA 9/9/2019:

- 1) Aprovação do Programa de Integridade do MEC
- 2) Demandas de Órgãos de Controle
- 3) Criação do Comitê de Auditoria do MEC
- 4) Portal de Mediação do MEC

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 9.203/2017 - art. 19

Art. 19. Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão **programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção**, estruturado nos seguintes eixos:

I - comprometimento e apoio da alta administração;

II - existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade;

III - análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e

IV - monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade

- Portaria CGU nº 57/2019

Prazo para aprovação – 29 de março de 2019

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

ATIVIDADES RELACIONADAS À INTEGRIDADE



9/9/2019

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

RISCOS À INTEGRIDADE NO MEC

Questões relacionadas à Ética

Transparência Ativa

Conflito de Interesses

Nepotismo

Tratamento de Denúncias

Cumprimento de Demandas de Órgãos de Controle

Implementação de Procedimentos de
Responsabilização

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

Questões relacionadas à Ética

	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20
Recomposição da Comissão de Ética	X							
Ações de Capacitação e divulgação		X	X	X	X	X	X	X
Prevenção do Nepotismo			X					
Prevenção de Conflito de Interesses				X				
Elaboração de Normativos Internos (regimento)				X				
Elaboração Código Conduta para servidores							X	
Divulgação das normas de ética								X

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

Ouvidoria

	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20
Publicação de Portaria com orientações e fluxos	X							
Ações de Capacitação e divulgação		X	X	X	X	X	X	X
Unificação dos canais de atendimento				X				

Correição

	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20
Publicação de Portaria com orientações e fluxos		X						
Ações de Capacitação e divulgação		X	X	X	X	X	X	X

9/9/2019

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

Gestão de Riscos

	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20
Plano de Riscos do MEC				X				

Demandas de Controle

	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20
Publicação de Portaria com orientações e fluxos	X							
Ações de Capacitação e divulgação		X						

DEMANDAS DE CONTROLE

AUDITORIAS EM CURSO:

CGU

- OS - CEBRASP
- UFMT
- Governança Universitária (banco professor equivalente)

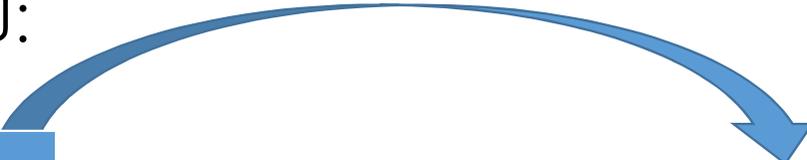
TCU

- Metas PNE
- SENAI
- Contrato de mapeamento processos

DEMANDAS DE CONTROLE

RECOMENDAÇÕES CGU:

UNIDADE	TOTAL RECOMENDAÇÕES
SAA	36
SESU	26
SETEC	32
SE	6
SEB	14
SEMESP	6
SERES	8
TOTAL	118



UNIDADE	EM ANÁLISE NA CGU	PENDENTES NO MEC JÁ VENCIDAS
SAA	31	5
SESU	5	21
SETEC	15	17
SE	1	5
SEB	8	6
SEMESP	6	0
SERES	8	0
TOTAL	69	49

DEMANDAS DE CONTROLE

Demandas TCU – Acórdãos em Monitoramento em 2019

UNIDADE	TEMA	ACÓRDÃO
SEB	Sistema Nacional de Educação	2775/2017-P
	Implantação CAQ / CAQi	1897/2017-P
	Melhoria da Infraestrutura escolar do Ens. Fundamental	1007/2016-P
	Acompanhamento PNE	2353/2018-P
	Política Nacional de Formação de Profissionais da Ed. Básica	591/2019-P

UNIDADE	TEMA	ACÓRDÃO
SERES	CEBAS	822/2018-P
	Regulação e Supervisão dos cursos superiores	1175/2018-P

UNIDADE	TEMA	ACÓRDÃO
SETEC	Pronatec	3071/2016-P 1006/2016-P
	Indicadores IFETs	2267/2005-P
	Acordo Gratuidade	1067/2017-P

UNIDADE	TEMA	ACÓRDÃO
SESU	FIES	3001/2016-P
	Indicadores IFES	1043/2006-P
	Museus	1243/2019-P

UNIDADE	TEMA	ACÓRDÃO
SE	Tecnologia da Informação – CAST (instauração de TCE)	2015/2019

Informação repassada pela SECEX Educação/TCU

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SERES

- Acórdão 822/2018 - CEBAS:

- Indique medidas e prazos para que os processos de concessão e renovação da CEBAS de forma que sejam analisados tempestivamente
- Aprimore mecanismos de monitoramento da concessão da Certificação CEBAS
 - Foram identificadas indícios de concessões em desacordo com a legislação (9.1.5)

Assunto está sendo discutido no âmbito do CMAP

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SERES

- **Acórdão 1175/2018 - Regulação e Supervisão dos cursos superiores de graduação**

- Adoção de Providências acerca de irregularidades identificadas a partir de CPI instaurada na Assembleia Legislativa de Pernambuco
- Implantar Cadastro Nacional de Concluintes de forma a permitir o controle social
- Supervisionar diretamente o procedimento de registro de diplomas

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SESU

- Acórdão 3001/2016 - FIES

- Foi determinada oitiva de 3 ministros anteriores para justificar:
 - Ausência de ação planejada na gestão do FIES, sem a que houvesse a prevenção dos riscos e corrigidos desvios
 - Extrapolação do limite máximo estipulado no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc)
 - Deficiências de concepção, execução, acompanhamento e avaliação da expansão do FIES
- Elaborar estudos que abordem ações e medidas relativas:
 - Aos contratos de financiamento já assinados, com indicação de fontes
 - Estratégia a ser adotada com relação ao número de financiamentos a serem concedidos, com estimativa plurianual do número de vagas e fontes de custeio
 - A sustentabilidade do Fies, com tendência de redução da dependência do Tesouro Nacional

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SESU

- **Acórdão 1043/2006 – Indicadores IFES**

- Divulgação dos indicadores de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior



DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SESU

- Acórdão 1243/2019 – Museus

- Implementação de mecanismos de supervisão, coordenação e orientação dos museus sob a responsabilidade das Universidades Federais

Trabalho está sendo coordenado pela Casa Civil

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SEB

- Acórdão 2775/2017 – Sistema Nacional de Educação

- Compatibilização dos recursos financeiros solicitados à STN aos pedidos de apoio referentes ao **EI-Manutenção**, de forma que o repasse aos municípios seja feita o mais rapidamente possível
- Oportunidade e conveniência de estabelecer critérios de priorização para as solicitações no âmbito **do EI-Manutenção**
- Definição de responsabilidades de cada esfera de governo para a execução da Meta 1
- Define e normatiza critérios de priorização para construção de novas unidades escolares do **Proinfância**
- Ajuste o período de vigência do PAR para que seu início coincida com o dos mandatos municipais

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SEB

- Acórdão 1897/2017 – Implantação CAQ / CAQi

- Foi determinada Oitiva ao então Ministro da Educação para que justifique:
 - Ausência de implementação do Sistema Nacional de Avaliação Básica e de criação de “indicadores de rendimento escolar” e “indicadores de avaliação institucional”;
 - Não implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi)
- Crie indicadores para avaliar a eficiência e eficácia do uso dos recursos no âmbito do PAR

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SEB

- Acórdão 1007/2016 – Melhoria da Infraestrutura escolar do Ens. Fundamental

- Revisar normativos referentes ao PDDE com vistas a garantir que a prestação de contas tenham por essência o controle social, a transparência, a desburocratização, a tempestividade e a priorização de controles tecnológicos
- Aprimorar o PDDE Interativo
- Estabelecer cronograma de repasse nas resoluções do PDDE em intervalo que garanta o regular desenvolvimento dos projetos

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SEB

- Acórdão 2553/2018 – Acompanhamento do PNE

- Avaliar a possibilidade de cumprimento das metas do PNE
- Implemente a Instância Permanente de Negociação
- Estudo de viabilidade acerca da criação do Benefício Adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SEB

- **Acórdão 591/2019 – Política Nacional de Formação de Profissionais da Ed. Básica**
 - Regular a Política Nacional de Formação de Profissionais da Ed. Básica
 - Implementar o Planejamento Estratégico Nacional e os Planos estaduais

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SETEC

- Acórdão 3071/2016 e 1006/2016– PRONATEC

- Aperfeiçoar os mecanismos de interação entre o SISTEC e o Mais Emprego com vistas a garantir atendimento preferencial para o público do seguro-desemprego
- Correção de falhas identificadas no SISTEC
- Apuração de irregularidades identificadas (horas-aluno e o valor repassado)
- Plano para análise das prestações de contas dos recursos do Pronatec

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SETEC

- Acórdão 2267/2005 – Indicadores IFETs

- Aperfeiçoar os mecanismos de interação entre o SISTEC e o Mais Emprego com vistas a garantir atendimento preferencial para o público do seguro-desemprego
- Correção de falhas identificadas no SISTEC

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SETEC

- Acórdão 1067/2017 – Acordo de Gratuidade

- Compatibilizar definição de vagas, para que haja definição daquelas a serem ofertadas por meio da Bolsa-Formação
- Normatizar metodologia de acompanhamento do Acordo de Gratuidade
- Realizar avaliações quanto à regularidade do quantitativo de matrículas da Gratuidade

DEMANDAS DE CONTROLE

PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU:

SE

- Acórdão 2015/2019 – Contrato com a CAST

- Instauração de Tomada de Contas Especial

- Alerta para servidores quanto à inabilitação para ocupar cargo ou função no âmbito da Adm. Pública Federal (gestor do contrato; ex-Diretor de TI; ex-coordenador-geral de TI)

COMITÊ DE AUDITORIA DO MEC

- **Proposta de Instalação do Comitê de Auditoria do MEC**
 - Participação das auditorias internas das Universidades, Institutos e demais vinculadas
 - Participação da CGU
- **Competências:**
 - Aperfeiçoamento das medidas de Governança
 - Propor auditorias integradas
 - Estimular Intercâmbio de experiências

PORTAL DE MEDIAÇÃO DO MEC

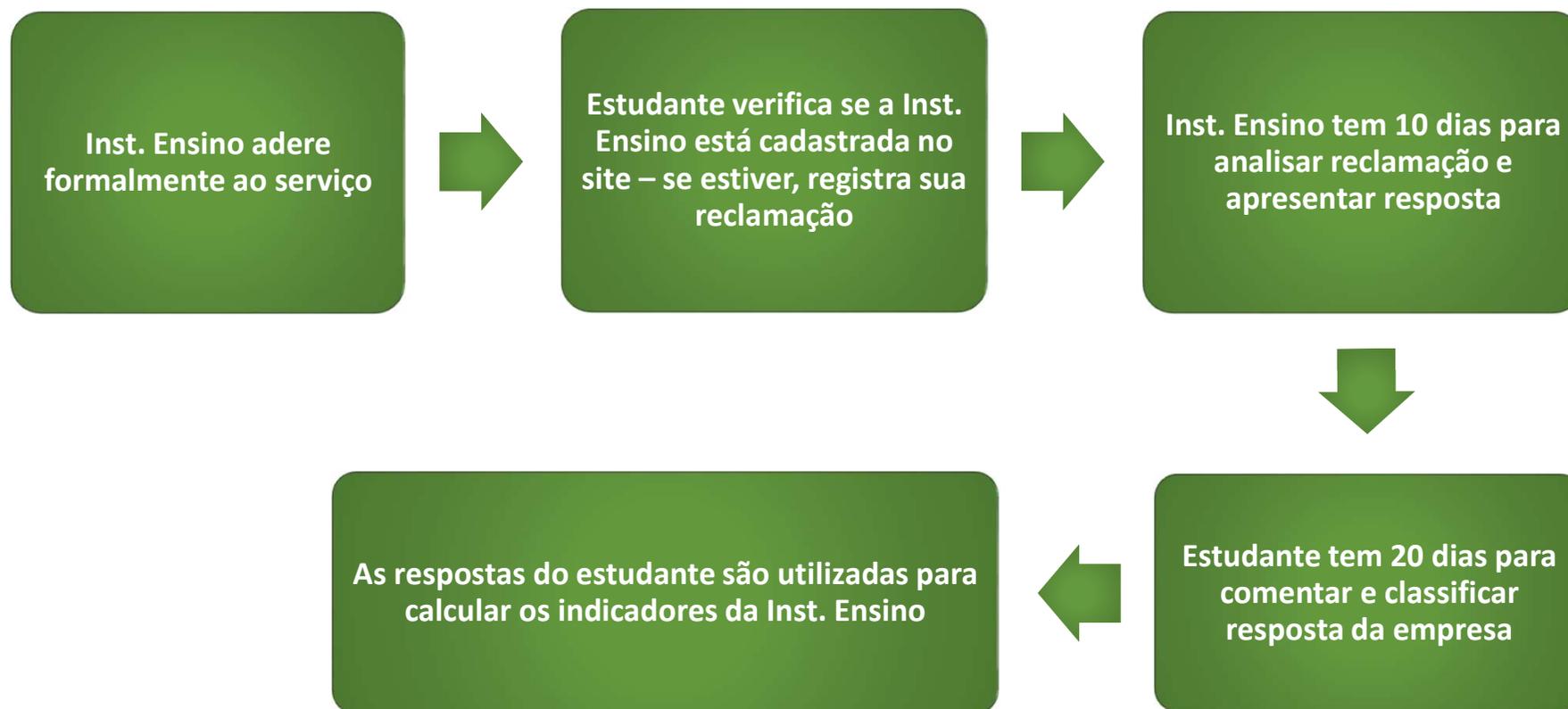
- Parceria com o MJ – Consumidor.gov 
- Plataforma online pública e gratuita de solução pacífica de conflitos – promove interatividade entre consumidores e fornecedores para redução dos conflitos de consumo.

80 % das reclamações são
solucionadas pelas empresas

Prazo médio de atendimento:
7 dias

PORTAL DE MEDIAÇÃO DO MEC

COMO FUNCIONA:



PORTAL DE MEDIAÇÃO DO MEC

PRÓXIMOS PASSOS:

- Criação de mecanismo que incentive as instituições de ensino a aderir ao consumidor.gov.br;
 - Gestão junto às Associações
 - Alteração de regulamentos internos tornando obrigatório o credenciamento na plataforma
- Criação de módulo da plataforma consumidor.gov.br voltada para o ensino: **estudante.gov.br**;
- Estratégia de Divulgação:
 - Instituições de Ensino
 - Escola Nacional de Defesa do Consumidor - plataforma online e gratuita com capacitações sobre temas básicos de consumo

COMITÊ DE GOVERNANÇA MEC

PONTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO:

Aprovada divulgação da ata resumida dos seguintes assuntos:

- 1) Instalação do Comitê de Governança do MEC
- 2) Programa de Integridade do MEC
- 3) Demandas de Órgãos de Controle
- 4) Proposta de Criação do Comitê de Auditoria do MEC
- 5) Proposta de elaboração do Portal de Mediação do MEC